

APOLOGIAS

DE

JUSTINO,

O MÁRTIR

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

*M543 Biblioteca do Mundo, 1999 –
Apologias de Justino, o Mártir São Vicente
/SP Amazon.com
Clubedesautores.com.br, 371 p. ; 21 cm*

ISBN: 9781657822306

1. Trifão 2. Justino, o mártir 3. Apologias
4. Cristianismo 5. Igreja Primitiva 6. Teologia
7. Justino de Roma 8. Patrística Título

CDD 281

CDU 26

CENTRO DE EVANGELISMO UNIVERSAL

-CGC 66.504.093/0001-08

Índice

Apresentação	Introdução
Introdução à I Apologia	I
Não se deve castigar um nome	
A obra dos demônios	
Não somos ateus	
Não castiguei nossos acusadores	
Não queremos mentir	
Vaidade da idolatria	
O melhor sacrifício é a virtude	
Nosso reino não é deste mundo	
Somos vossos aliados para a paz	
Profissão de fé cristã	
Homens novos pela fé em Cristo	
A doutrina de Cristo	
Súditos do império	
A imortalidade da alma	
A ressurreição não é impossível	
Afinidades pagãs	
Jesus, Filho de Deus	
Plano apologético	
Provas:	
a) Odeiam-se apenas aos cristãos	
b) A transformação por Cristo	
c) Os hereges não são perseguidos	A pureza da vida cristã
O homem é racional e livre	A castidade cristã
A profecia é a prova máxima	
A versão dos Setenta	Profecias sobre Jesus
A concepção virginal	Lugar de nascimento
Várias profecias	

Regras de interpretação Profecia cumprida
Profecia sobre os apóstolos
Profecia sobre o Reino de Cristo, nossa alegria
Profecia e livre-arbítrio
Platão depende de Moisés
Ascensão e glória de Jesus
Cristãos antes de Cristo
Sobre a ruína de Jerusalém
Os milagres de Cristo
A gentilidade
A paixão e glória de Cristo
A dupla vinda de Cristo
Profecia sobre a gentilidade As fábulas pagãs
A cruz desconhecida pelos demônios
Outra vez Simão mago
Não tememos a morte
Marcião, inspirado pelo demônio
Platão, discípulo de Moisés
(O batismo): iluminação e regeneração
O arremedo diabólico do batismo
O Verbo na sarça e Moisés
Outras lembranças pagãs Fraternidade e
eucaristia
Teologia da eucaristia
Liturgia dominical
Petição final

Introdução à II APOLOGIA

Um drama doméstico O suicídio não é lícito A
obra dos demônios Deus não tem nome

Os cristãos conservam o mundo A semente do
Verbo

Pressentimento do martírio
Existe uma justiça eterna
Possuímos o Verbo inteiro
O mito de Hércules
O platônico se faz cristão
Sou cristão
Que todos conheçam a verdade
Introdução ao diálogo

DIÁLOGO DE JUSTINO, FILÓSOFO E MÁRTIR, COM O JUDEU TRIFÃO

Prólogo. Encontro com Trifão e seus
companheiros A filosofia, caminho para Deus
Itinerário intelectual de Justino
O encontro decisivo
O que é a filosofia e a felicidade que ela traz
Pode o homem ver a Deus?
Discussão sobre a natureza da alma
A alma não é imortal
Verdadeiros filósofos são os profetas
Qual é a verdadeira e proveitosa filosofia
Condições para o diálogo
Primeiras objeções de Trifão
A lei antiga superada pela nova
Digressão sobre a maldade dos judeus

Justino acusa os judeus pelas iniquidades de todos os homens

A não necessidade da circuncisão

As leis são devidas à dureza do coração Leis sobre os sacrifícios

A circuncisão: um sinal e não justificação

A circuncisão em Cristo

Convite à conversão

Os herdeiros do monte Sião

Digressão sobre a parusia

Objeção de Trifão

Interpretação cristológica dos salmos 110 e 72

Digressão sobre os falsos cristãos

Cristo é o Rei das potências

As figuras do verdadeiro sacrifício

A eucaristia: verdadeiro sacrifício

Mistério no nascimento virginal

Quem ressuscitará?

Quem se salvará?

Preexistência e divindade de Cristo

Discussão em torno do precursor

João Batista: o precursor

Argumentos decisivos sobre João Batista

Outras profecias e figuras do AT

Existe outro Deus?

Não é Deus Pai que apareceu a Abraão

Jacó e Moisés encontram outro Deus que o Deus

Pai

O Verbo-Sabedoria é gerado pelo Pai

Este Verbo é o Cristo

Retoma o assunto do cap. 43, o nascimento virginal

Discussão em torno da encarnação

A encarnação só é compreendida a partir das Escrituras

Contradições diabólicas

Profecias sobre a eucaristia

As presumidas mutilações das Escrituras Relato da história dos "Reis magos"

Há hereges tanto judeus como cristãos

Milenarismo

Digressão sobre os carismas proféticos

Interpretação crismológica do salmo 110

Interpretação crismológica de Is 7,14 Cristo: Senhor das Potências

Conexão entre o lenho e a água ou entre a cruz e o batismo

Cristo e a potência do Espírito

Manifestação do Espírito na vida de Cristo

A cruz: obstáculo à fé messiânica

A interpretação que supera o obstáculo

A cruz: instrumento de conversão e salvação

A circuncisão na carne de nada serve

Em que consiste a justiça

Contraste entre a norma sobre as imagens e o procedimento de Moisés

O crucificado não é maldito

Comportamento dos judeus e dos cristãos diante do crucificado

Alusão do AT à paixão de Cristo

O salmo 22 se aplica perfeitamente à paixão e morte de Jesus Comentários aos vv. 2-3

Comentários aos vv. 4

Comentários aos vv. 5-9

Comentários aos vv. 10-16

Comentários aos vv. 16-19

Comentários aos vv. 20-22

Comentários aos vv. 23-24

Sinal de Jonas: sinal da ressurreição

Polêmicas em torno da ressurreição de Cristo

A fé em Cristo cria um povo universal

Sobre as duas vindas de Cristo

Símbolos das duas vindas de Cristo

Sobre a exegese dos judeus

Relação entre Josué e Jesus

Só os circuncisos de coração entendem as

Escrituras

Comentário a Zc 2,14-3,2

Comentário à profecia de Ml 1,10-12: a eucaristia

O florescimento do novo povo

Os herdeiros das bênçãos de Isaac e Jacó

A palavra de Cristo mais poderosa que o sol

A infidelidade dos judeus

Os incircuncisos formam o novo Israel

Interpretação do salmo 82,1-8: todos podem ser
filhos de Deus

Interpretação do nome Israel

Os múltiplos nomes de Cristo

Não Deus Pai, mas Deus Filho quem se
manifestou no AT Idólatras antes, herdeiros hoje

Paralelos entre Jacó e Cristo

O novo Israel nasce da fé e do espírito

A água e o batismo, a arca e a cruz

Benção e maldição na descendência de Sem,
Canaã e Jafé

Necessidade da penitência

Despedidas

APRESENTAÇÃO

Surgiu, pelos anos 40, na Europa, especialmente na França, um movimento de interesse voltado para os antigos escritores cristãos e suas obras conhecidos, tradicionalmente, como “Padres da Igreja”, ou “santos Padres”. Esse movimento, liderado por Henri de Lubac e Jean Daniélou, deu origem à coleção “Sources Chrétiennes”, hoje com mais de 400 títulos, alguns dos quais com várias edições. Com o Concílio Vaticano II, ativou-se em toda a Igreja o desejo e a necessidade de renovação da liturgia, da exegese, da espiritualidade e da

teologia a partir das fontes primitivas. Surgiu a necessidade de “voltar às fontes” do cristianismo.

No Brasil, em termos de publicação das obras destes autores antigos, pouco se fez. Paulus Editora procura, agora, preencher este vazio existente em língua portuguesa. Nunca é tarde ou fora de época para rever as fontes da fé cristã, os fundamentos da doutrina da Igreja, especialmente no sentido de buscar nelas a inspiração atuante, transformadora do presente. Não se propõe uma volta ao passado através da leitura e estudo dos textos primitivos como remédio ao saudosismo. Ao contrário, procura-se oferecer aquilo que constitui as “fontes” do cristianismo para que o leitor as examine, as avalie e colha o essencial, o espírito que as produziu. Cabe ao leitor, portanto, a tarefa do discernimento. Paulus Editora quer, assim, oferecer ao público de língua portuguesa, leigos, clérigos, religiosos, aos estudiosos do cristianismo primevo, uma série de títulos, não exaustiva, cuidadosamente traduzidos e preparados, dessa vasta literatura cristã do período patrístico.

Para não sobrecarregar o texto e retardar a leitura, procurou-se evitar anotações excessivas, as longas introduções estabelecendo paralelismos de versões diferentes, com referências aos empréstimos da literatura pagã, filosófica, religiosa, jurídica, às infindas controvérsias sobre determinados textos e sua autenticidade. Procurou-se fazer com que o resultado desta pesquisa original se traduzisse numa edição despojada, porém, séria.

Cada autor e cada obra terão uma introdução breve com os dados biográficos essenciais do autor e um comentário sucinto dos aspectos literários e do conteúdo

da obra suficientes para uma boa compreensão do texto. O que interessa é colocar o leitor diretamente em contato com o texto. O leitor deverá ter em mente as enormes diferenças de gêneros literários, de estilos em que estas obras foram redigidas: cartas, sermões, comentários bíblicos, paráfrases, exortações, disputas com os heréticos, tratados teológicos vazados em esquemas e categorias filosóficas de tendências diversas, hinos litúrgicos. Tudo isso inclui, necessariamente, uma disparidade de tratamento e de esforço de compreensão a um mesmo tema. As constantes, e por vezes longas, citações bíblicas ou simples transcrições de textos escriturísticos, devem-se ao fato que os Padres escreviam suas reflexões sempre com a Bíblia numa das mãos.

Julgamos necessário um esclarecimento a respeito dos termos patrologia, patrística e padres ou pais da Igreja. O termo patrologia designa, propriamente, o estudo sobre a vida, as obras e a doutrina dos pais da Igreja. Ela se interessa mais pela história antiga incluindo também obras de escritores leigos. Por patrística se entende o estudo da doutrina, as origens dessa doutrina, suas dependências e empréstimos do meio cultural, filosófico e pela evolução do pensamento teológico dos pais da Igreja. Foi no século XVII que se criou a expressão “teologia patrística” para indicar a doutrina dos padres da Igreja distinguindo-a da “teologia bíblica”, da “teologia escolástica”, da “teologia simbólica” e da “teologia especulativa”. Finalmente, “Padre ou Pai da Igreja” se refere a escritor leigo, sacerdote ou bispo, da antiguidade cristã, considerado pela tradição posterior como testemunho particularmente autorizado da fé. Na

tentativa de eliminar as ambigüidades em torno desta expressão, os estudiosos convencionaram em receber como “Pai da Igreja” quem tivesse estas qualificações: ortodoxia de doutrina, santidade de vida, aprovação eclesiástica e antiguidade. Mas, os próprios conceitos de ortodoxia, santidade e antiguidade são ambíguos. Não se espere encontrar neles doutrinas acabadas, buriladas, irrefutáveis. Tudo estava ainda em ebulição, fermentando. O conceito de ortodoxia é, portanto, bastante largo. O mesmo vale para o conceito de santidade. Para o conceito de antiguidade, podemos admitir, sem prejuízo para a compreensão, a opinião de muitos especialistas que estabelece, para o Ocidente, Igreja latina, o período que, a partir da geração apostólica, se estende até Isidoro de Sevilha (560-636). Para o Oriente, Igreja grega, a antiguidade se estende um pouco mais até a morte de S. João Damasceno (675-749).

Os “Pais da Igreja” são, portanto, aqueles que, ao longo dos sete primeiros séculos, foram forjando, construindo e defendendo a fé, a liturgia, a disciplina, os costumes, e os dogmas cristãos, decidindo, assim, os rumos da Igreja. Seus textos se tornaram fontes de discussões, de inspirações, de referências obrigatórias ao longo de toda tradição posterior. O valor dessas obras que agora Paulus Editora oferece ao público pode ser avaliado neste texto: “Além de sua importância no ambiente eclesiástico, os Padres da Igreja ocupam lugar proeminente na literatura e, particularmente, na literatura greco-romana. São eles os últimos representantes da Antiguidade, cuja arte literária, não raras vezes, brilha nitidamente em suas obras, tendo influenciado todas as

literaturas posteriores. Formados pelos melhores mestres da Antiguidade clássica, põem suas palavras e seus escritos a serviço do pensamento cristão. Se excetuarmos algumas obras retóricas de caráter apologético, oratório ou apuradamente epistolar, os Padres, por certo, não queriam ser, em primeira linha, literatos, e sim, arautos da doutrina e moral cristãs. A arte adquirida, não obstante, vem a ser para eles meio para alcançar este fim. (...) Há de se lhes aproximar o leitor com o coração aberto, cheio de boa vontade e bem disposto à verdade cristã. As obras dos Padres se lhe reverterão, assim, em fonte de luz, alegria e edificação espiritual” (B. Altaner; A. Stuiber, Patrologia, S. Paulo, Paulus, 1988, pp. 21-22).

INTRODUÇÃO

A julgar pelos nomes de seu pai, Prisco, seu avô, Báquio, e de seu próprio, Justino não é de origem judaica, embora nascido na Samaria. No cabeçalho de sua I Apologia 1,1, ele nos fornece detalhes de suas origens: “Ao imperador... Em prol dos homens de qualquer raça que são injustamente odiados e caluniados, eu, Justino, um deles, filho de Prisco, que o foi de Báquio, natural de Flávia Neápolis, na Síria Palestina, compus este discurso e esta petição”.

Flávia Neápolis foi fundada no ano 72 de nossa era, por Vespasiano, sobre a antiga Siquém. A cidade

existe hoje sob o nome de Naplusa. Não se deve esquecer a importância deste sítio geográfico para a história religiosa de judeus e cristãos. Foi em Siquém que Deus apareceu a Abraão e este lhe dedicou um altar (cf. Gn 12,6-7). Ali se conservava a memória de um “poço de Jacó”, junto ao qual Jesus dialogou com a samaritana (cf. Jo 4,5-6). Foi em Siquém que Josué reuniu a grande assembléia das tribos para ratificar a aliança entre Deus e seu povo (cf. Js 24).

Outro dado indicativo de que Justino não era de origem judaica é que não conhecia o hebraico e não sofrera nenhuma influência do ambiente samaritano, nem mesmo era circunciso (cf. Diál. 28).

A data de seu nascimento deve ser situada por volta do ano 100 d.C. Sua conversão ao cristianismo parece ter ocorrido por volta do ano 132. Seriam duas as razões principais desta conversão: o desencanto com as filosofias que não lhe proporcionavam o saber tão procurado, e o corajoso enfrentamento da morte por parte dos cristãos. Nestas circunstâncias, o encontro com o ancião à beira mar, quando buscava a solidão, foi o ato decisivo (cf. Diál. 3).

Sua formação intelectual foi das mais aprimoradas. Segundo seu próprio testemunho, percorreu cidades e escolas filosóficas desejoso de conhecer a verdade, de tornar-se sábio. “Ardendo para ouvir o que é próprio e excelente na filosofia”, freqüentou os estóicos, peripatéticos, pitagóricos e platônicos (cf. Diál. 2,1-6) sem, contudo, encontrar respostas para seus anseios e suas indagações. Finalmente, através do ancião, teve conhecimento da “única filosofia certa e digna”, o cristianismo (Diál. 3-8).

Foi em Roma que Justino exerceu a maior parte de sua atividade. Ali abriu e dirigiu uma escola filosófica e escreveu suas obras.

Acusado perante Júnio Rústico, pelo filósofo cínico Crescente, foi decapitado, segundo a tradição, no ano 165. Há um relato de sua morte considerado autêntico, no *Martirium S. Iustini et Sociorum*, baseado nas atas oficiais do tribunal que o condenou. Segundo este documento, seis companheiros, discípulos provavelmente, o acompanharam no martírio.

1. As obras

Justino é, certamente, o melhor apologista do século II. Seu estilo, contudo, não é atraente. Não domina com mestria a arte de escrever. Nem chega a ser um pensador original e profundo, mas está a par das correntes filosóficas de seu tempo. É, assim, um grande erudito e um escritor convicto.

A dar crédito à declaração de Eusébio de Cesaréia, “Justino nos deixou um grande número de obras que testemunham uma inteligência culta e entregue ao estudo das coisas divinas, cheias de toda utilidade. A elas remeteremos os amigos do saber, depois de ter citado ultimamente as que vieram ao nosso conhecimento”. Quais seriam estas obras que chegaram até Eusébio e quais as que chegaram até nós? À primeira parte da pergunta responde o próprio Eusébio: “Em primeiro lugar, um discurso dirigido a Antonino, por sobrenome Pio, aos seus filhos e ao Senado romano, em favor de nossas doutrinas. Depois outro que contém a segunda Apologia em favor de nossa fé, dirigido ao que

foi sucessor do citado imperador e leva seu mesmo nome de Antonino Vero, de cujo tempo estamos no presente falando (Marco Aurélio). Há outro discurso aos gregos no qual, fazendo larga exposição das questões discutidas entre nós e entre os filósofos gregos, discute sobre a natureza dos demônios (...). Chegou até nós ainda, outro escrito dirigido aos gregos, que intitulou Refutação, e outro Sobre a monarquia de Deus, que ele funda não só por nossas Escrituras, mas também pelos livros dos gregos. Além destes, há um intitulado Psaltès, e outro composto de escólios Sobre a alma, no qual, depois de expor as diversas opiniões relativas ao objeto de sua obra, propõe as opiniões dos filósofos gregos, que promete refutar, e expor sua própria opinião em outro escrito. Compôs também um Diálogo contra os judeus, que teve na cidade de Éfeso com Trifão, um dos mais famosos hebreus de então. Neste Diálogo, manifesta como a graça divina o conduziu à doutrina da fé, com que zelo havia anteriormente se dedicado às disciplinas filosóficas, e com que extraordinário fervor havia buscado a verdade (...). Muitos outros trabalhos seus correm entre os irmãos. Os escritos deste homem pareceram tão dignos de atenção que Irineu cita palavras suas, primeiro no livro IV Contra as Heresias...” (HE, IV,18,1-9).

O próprio Justino alude, na I Apol. 26,8, a um escrito seu Contra todas as heresias que existiram até o presente e que estava disposto a pô-lo em mãos do imperador. Irineu cita ainda um Contra Marcião, que se perdeu. Contudo, respondendo à segunda parte da pergunta, de todas estas obras citadas como sendo de Justino, somente chegaram até nós, como autênticas, as duas Apologias e o Diálogo com Trifão.

Concluindo esta apresentação geral, permitam-nos tomar as observações de um especialista: “O que, em Justino, conquista imediatamente nossa simpatia é o que eu chamaria de boa vontade de transparência de sua alma, sincera, leal, ardente entre todas. Essa alma se nos revela desde as primeiras linhas da Apologia; na dedicatória mesma, poucas palavras há, na literatura cristã primitiva, tão impressionantes como estas simples palavras: um deles. O que atrai e retém sobre ele a atenção do historiador é que o vemos preocupado, pela primeira vez, embora de maneira bastante confusa, pelo grande problema que a escola de Alexandria definirá muito mais exatamente, examinará com mais amplitude e método e resolverá, conseqüentemente, com mais êxito: o problema das relações entre a filosofia e a fé. A vida moral e intelectual de Justino tem sua fonte numa e noutra e pode-se dizer que ele soube conciliá-las, pois viveu de uma e de outra, já que não pudera viver sacrificando inteiramente uma ou outra” (A. Puech, *Les Apologistes grecs du I^{er} siècle de notre ère*, Paris, 1922, 52-53).

INTRODUÇÃO À I APOLOGIA

1. Data de composição

A data da composição desta obra pode ser deduzida de alguns dados internos. O primeiro está em sua própria dedicatória: ela é dirigida “Ao imperador Tito Élio Adriano Antonino Pio César Augusto, ao seu filho

Veríssimo, filósofo, e a Lúcio, filho natural do César, filósofo e filho adotivo de Pio, amante do saber, ao sacro Senado e a todo o povo romano”. Ora, estes imperadores reinaram do ano 147 ao ano 161. A Apologia deve ter sido escrita ao longo destes 15 anos. Segundo, no capítulo 46,1, Justino menciona que uma das objeções contra a doutrina cristã era a de “dizemos que Cristo nasceu somente há cento e cinquenta anos sob Quirino e ensinou sua doutrina mais tarde, no tempo de Pôncio Pilatos”. Embora se deva tomar o ano cento e cinquenta como um arredondamento, pode-se pensar que a redação da I Apologia não se deu antes desta data. Finalmente, no capítulo 29,2-3, Justino menciona o caso de um jovem cristão que recorreu ao prefeito Félix de Alexandria, suplicando-lhe interceder junto ao governador da província uma licença para se castrar. Ora, os especialistas identificam o prefeito Félix como Minúcio Félix, o qual reinou em Alexandria do ano 148 a 154. A I Apologia, portanto, deve ter sido escrita por volta de 155.

2. Estrutura e conteúdo da obra

A I Ap. está assentada numa estrutura ternária. Os caps. 1-3 formam uma introdução. Nela Justino dirige-se ao imperador Antonino Pio e a seus filhos para pleitear a defesa dos cristãos. Roga ao imperador que assuma pessoalmente a análise das acusações que se fazem com freqüência contra os cristãos e julgue imparcialmente, sem preconceitos, isto é, não se deixe levar pelo vozerio da plebe.

Os caps. 4-12 formam uma parte substancial da I Ap. Nela Justino condena a atitude oficial a respeito dos

cristãos. Critica o procedimento judicial seguido regularmente pelo governo contra os cristãos e as falsas acusações lançadas contra eles. Protesta contra a absurda atuação das autoridades que castigam pelo simples fato de alguém reconhecer-se cristão. Para Justino, o nome “cristão” é igual ao de “filósofo”. Não prova nem a culpa nem a inocência de alguém. Estranha maneira esta de condenar alguém somente pelo fato de se chamar “cristão”. Geralmente é por um crime cometido que se condena alguém, não por causa do nome. Aqui, o nome é crime. Mas porque, se este nome não está unido a nenhum ato desleal? Ao contrário, Justino demonstra que as esperanças escatológicas, o medo da condenação eterna fazem com que os cristãos sejam leais, respeitosos, cidadãos exemplares, exceto no culto aos ídolos. Castiga-se, assim, condena-se só pelo nome, pois basta alguém negar ser cristão para ser libertado, basta confessá-lo para ser condenado. Os crimes dos quais se acusam os cristãos são, portanto, calúnias. Estes, de fato, não são ateus. Negam adoração aos deuses do império porque julgam este ato ridículo. Os cristãos não oferecem a Deus culto material porque o culto agradável é a imitação de suas virtudes.

A defesa dos cristãos não era, contudo, o único fim da Apologia. A melhor defesa é expor a verdade. Justino mostra confiança no poder da verdade. O melhor meio de refutar é, portanto, expor publicamente a verdade da doutrina cristã. Tenta, assim, construir uma justificação da religião cristã. Apresenta com detalhes a doutrina, o batismo e a eucaristia, seus fundamentos históricos e as razões para abraçá-la. É então que Justino recorre à noção de Lógos para explicar que Cristo

é o primogênito de Deus, o Logos do qual todo o gênero humano compartilha: todos os que vivem em conformidade ao Logos são cristãos, mesmo quando são considerados ateus (I Ap. 64,2- 3).

A partir do cap. 18, Justino trata da imortalidade da alma depois da morte com argumentos suspeitos e, da ressurreição que só é possível pela onipotência de Deus. Nos caps. 21-22, estabelece analogias entre as doutrinas estóica e cristã. Contudo, Justino não percebe que seu caminho é perigoso, minado, pois essa semelhança pode ser arma para negar a divindade e originalidade do cristianismo. Justino estará procurando um meio de se tornar acessível, de ser compreendido, de dizer que o cristianismo não era de outro mundo? Falar a própria língua do pagão? No cap. 23, apresenta um novo plano de demonstração da doutrina cristã. Nos caps. 24-29, só a doutrina recebida de Cristo e dos profetas que o precederam é a verdadeira e mais antiga que todos os escritores anteriores. Dado que o critério da verdade é a antiguidade, Justino, como antes dele os apologistas judaicos, insiste que os filósofos tomaram dos profetas e de Moisés as verdades que expressam em seus ensinamentos (I Ap, 59,1-6; 60,1-7).

Nos caps. 30-53, Justino afirma que, antes da encarnação, os demônios inventaram muitas armadilhas para apartar os homens da fé naquele mistério. Aí Justino identifica Cristo com a alma do mundo de Platão (Timeu, 366). Para ele, Platão teria haurido esta verdade de Nm 21,7-8. Finalmente, Justino defende os cristãos dizendo que neles o imperador tem os melhores colaboradores. Porque os cristãos são fiéis ao Evangelho, são também leais ao imperador e cumprem com mais fervor e